

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução TV



Santana conseguiu conter Lula na crise do Mensalão

## Problemas de comunicação têm quatro letras: L, U, L, A...

Em entrevista esta semana ao jornal O Globo, o marqueteiro João Santana contou um pouco da estratégia que foi utilizada naquela que foi a segunda maior crise de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi após o escândalo do Mensalão. Santana não trabalhou diretamente no governo, mas já atuava ali porque seria o coordenador da campanha à re-

eleição em 2006. A crise do Mensalão completou 20 anos. Por incrível que possa parecer, a popularidade Lula hoje é menor do que foi em 2005. E ainda que também possa parecer incrível, João Santana considera que a crise de agora é mais difícil de contornar do que foi a do Mensalão. Alguns dos caminhos apontados, porém, são os mesmos: é preciso conter Lula.

## Teleprompter

Em 2005, a equipe de comunicação de Lula conseguiu convencê-lo a seguir o script. Segundo João Santana, o presidente chegou a aceitar ler seu discurso em um teleprompter num ato na comunidade de Brasília Teimosa, no Recife, para evitar imprevistos.

## VDM

Segundo Santana, é possível, sim, dar conselhos desse tipo a Lula. Ele é capaz de ouvir, especialmente se constata, como no Mensalão, que vive um momento de crise. O problema é que naquela época havia em seu entorno gente com coragem para avisar o "VDM".



Ricardo Stuckert / PR

Governo aposta no rádio como ferramenta

## Governo constata que saída pode não estar nas redes

Para além das opiniões de João Santana, algumas constatações estão sendo feitas pela equipe de comunicação de Lula com Sidônio Palmeira. E uma delas desfaz a ideia que havia há alguns anos de que as redes sociais são hoje o único caminho de comunicação possível. Ingentemente, o governo foi se afastando dos meios

tradicionais de comunicação, imaginando que bastava criar bons perfis nas redes e alimentá-los com conteúdos "sacados", engraçadinhos. Concluíram que não é exatamente porque hoje trabalha melhor as redes sociais que a direita as domina. As redes sociais são propriedades privadas. Nas mãos da nova direita no mundo.

## Ferramentas

E se recusam a compartilhar quais são as ferramentas que usam para impulsionar ou não os conteúdos. Por mais bem feito que seja o post, ele poderá não atingir os objetivos. Porque há uma grande possibilidade de as redes sociais não permitirem que ele chegue.

## Rádio

Nesse sentido, a comunicação do governo especialmente redescobriu o rádio. De longe, é ainda o meio de comunicação mais utilizado pela população. Está em qualquer grotão do país. Em muitos lugares onde até hoje os computadores não entraram.

## Mídia

É verdade, a mídia tradicional também é privada. Mas trabalha dentro de regras já conhecidas. E, sobretudo, tem carência de informação. Precisa de informações do governo. E é, no final, a mídia tradicional que acaba alimentando a discussão nas redes sociais.

## Informação

Preparar boletins, oferecer entrevistas, isso passou a ser uma das principais estratégias. E não é por outra razão também que Lula tem dado muitas entrevistas para rádio. Aposta-se nesse caminho. Mas, de novo, é preciso conter a língua de Lula. Ela tem que jogar a favor.

## Congresso deve finalmente votar o orçamento 2025

Além disso, presidentes das comissões da Câmara serão eleitos

Por Gabriela Gallo

Para esta semana a expectativa é que seja, enfim, definido o Orçamento da União 2025. Segundo o relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, senador Angelo Corone o texto deve ser votado, e eventualmente aprovado, na Comissão Mista de Orçamento (CMO) nesta terça-feira (18). Com o texto aprovado na comissão, a previsão é que ele siga para votação no plenário no dia seguinte.

Em ofício encaminhado ao Congresso Nacional, o governo propôs o corte de R\$ 7,7 bilhões do programa social Bolsa Família para fechar o orçamento. Mesmo com o corte, a equipe econômica do Executivo esclarece que nenhum beneficiário será cortado do programa. O reajuste visa encaixar dentro do orçamento os R\$ 3,6 bilhões do programa Auxílio Gás. A medida foi definida após reunião de Angelo Coronel com os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

## Pé-de-Meia

Além disso, o Executivo já havia solicitado anteriormente ao relator que o programa Pé-de-Meia (que paga mensalmente R\$ 200 a estudantes do ensino médio na rede pública, para evitar evasão escolar) "fosse ajustado durante o exercício de 2025", mas já constasse no Orçamento. O pedido é para evitar eventuais novos problemas com o Tribunal de Contas da União (TCU).

O Pé-de-Meia deve custar em torno de R\$ 12 bilhões



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Comissão deve votar o orçamento na terça-feira

ao longo do ano. Em conversa com a imprensa, na última quarta-feira (12), Angelo Coronel destacou que o governo tem um bilhão de reais no orçamento para o Pé-de-Meia. Como o Tribunal de Contas da União (TCU) "já facultou ao governo inserir esses valores no orçamento durante 120 dias", para conseguir o restante dos recursos o governo encaminhará Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN) quando for necessário.

"O governo tem um bilhão para começar a pagar o Pé-de-Meia. Ele tem quatro meses, por determinação do Tribunal de Conta União, para ir fazendo essas reposições do que é necessário enviar de PLN para ter o recurso para fazer frente ao Pé-de-Meia. [...] Qualquer cor-

te nós vamos fazer de comum acordo com o governo para que não haja problema de descon-tinuidade em alguma rubrica", ressaltou o senador.

## Comissões

Além do orçamento, outra prioridade da semana é a votação das presidências das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, já que as comissões do Senado já foram definidas. A instalação das comissões da Câmara está agendada para esta quarta-feira (19) "para que os partidos tenham mais tempo de definir seus participantes nos colegiados", segundo a assessoria do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). No dia não haverá ordem do dia, apenas sessão no plenário. Inicialmente, a previsão era

que os principais nomes fossem definidos na quinta-feira (13), porém, as eleições das comissões tiveram de ser adiadas por falta de acordo interno.

Dentre os embates, está a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para presidir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O partido ainda espera presidir as comissões de Saúde, Segurança Pública e Minas e Energia.

O MDB e o União Brasil disputam entre si as presidências da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado José Guimarães (PT-CE), informou que Hugo Motta definiu que nenhum partido deve ficar sem presidir comissão.

## Em crise de popularidade, governo Lula tenta se reerguer

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Karoline Cavalcante e Rudolfo Lago

Mais uma pesquisa revela as dificuldades enfrentadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Um levantamento divulgado na última sexta-feira (14) pelo Ipeso-Ipec mostrou que 58% dos entrevistados afirmam não confiar no atual chefe do Palácio do Planalto, o que representa um aumento de 6 pontos percentuais em relação a dezembro. E a porcentagem daqueles que afirmam confiar caiu de 45% para 40%.

A desconfiança é maior entre aqueles com renda mensal familiar superior a cinco salários mínimos (73%), evangélicos (70%), moradores das regiões Norte e Centro-Oeste (66%), pessoas com idades entre 25 e 34 anos (65%), aqueles com ensino superior (65%) e do sexo masculino (61%). Já a confiança é mais expressiva entre moradores da região Nordeste (55%), pessoas com ensino fundamental (50%), católicos (50%), indivíduos com 60 anos ou mais (50%) e aqueles com renda familiar mensal de até um salário mínimo (49%).

Os dados também mostraram que a maneira como Lula está governando o Brasil é desaprovada por mais da metade dos brasileiros (55%), representando um crescimento de 9 pontos percentuais em relação aos 46% registrados em dezembro. A aprovação, por sua vez, diminuiu 7 pontos percentuais, indo de 47% em dezembro para



Pesquisan Ipec reforça queda na popularidade de Lula

40% em março.

O levantamento sobre a administração do presidente revela um aumento de 7 pontos percentuais na avaliação negativa do governo, com 41% dos brasileiros considerando-o ruim ou péssimo, superando pela primeira vez do Instituto a avaliação positiva. Em contraste, a aprovação do governo caiu 7 pontos, de 34% para 27%, enquanto a percepção regular se manteve estável em 30%. Em dezembro de 2024, os números eram 34% de avaliação negativa, 30% regular e 34% positiva.

A pesquisa ouviu 2.000 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 7 e 11 de março, com uma margem de erro de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

## E o governo?

O analista político da BMJ Relações Governamentais, Érico Oyama, avalia que a pesquisa reflete um cenário já identificado por levantamentos anteriores e destaca as estratégias da atual gestão para melhorar sua avaliação. Para ele, mais do que colocar as medidas em prática, está a preocupação em conceder visibilidade às iniciativas do governo.

"Por isso, em janeiro houve a troca no comando da Secretaria de Comunicação e na última semana Lula consolidou mudanças nos Ministérios da Saúde e da Secretaria de Relações Institucionais. Para Alexandre Padilha, por exemplo, a tarefa principal será conseguir trazer visibilidade ao programa

para ampliar o acesso da população a médicos especialistas via SUS, o Mais Acesso a Especialistas", disse Oyama. "Quanto a Gleisi Hoffmann, por mais que a tarefa principal dela seja conduzir a articulação política com o Congresso, também é esperado um papel de porta-voz da agenda positiva do governo", completou.

Interlocutores do governo informaram ao Correio da Manhã que as razões para a queda de popularidade de Lula estão sendo amplamente discutidas no Palácio do Planalto, com alguns diagnósticos já feitos.

O principal ponto identificado é que a população já não vê programas como o Bolsa Família como uma conquista exclusiva do governo Lula e do PT, mas sim como um direito adquirido. Tanto que mesmo com Jair Bolsonaro, que refletia posições opostas, o programa foi mantido.

Assim, o governo não pode mais se vender apenas como o garantidor dos benefícios sociais que já existem. Precisa apresentar novas entregas.

Em busca disso, o governo aposta em dois setores centrais: educação e saúde. Na educação, o programa Pé-de-Meia é visto como uma importante inovação social, a única entrega concreta nesse campo até agora.

Já na saúde, com a troca de Nísia Trindade por Alexandre Padilha, agora o foco está em concretizar ações e dar mais visibilidade a inovações, como a vacina da dengue, que pode até levar à erradicação da doença.